

Pereira, Elenita Malta  
“A década da destruição” da Amazônia: José Lutzenberger  
e a contrarreforma agrária em Rondônia (Anos 1980)  
História Unisinos, vol. 21, núm. 1, 2017, -, pp. 26-37  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
São Leopoldo, Brasil

Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579862151002>

# “A década da destruição” da Amazônia: José Lutzenberger e a contrarreforma agrária em Rondônia (Anos 1980)

Amazon rainforest’s “The Decade of Destruction”: José Lutzenberger and the Agrarian Counter-reform in Rondônia (1980’s)

Elenita Malta Pereira<sup>1</sup>

elenitamalta@gmail.com

---

**Resumo:** Este artigo examina a atuação do ambientalista José Lutzenberger contra o POLONOROESTE, programa de colonização implantado nos anos 1980 em Rondônia, financiado parcialmente pelo Banco Mundial. Lutzenberger denunciou os problemas sociais e ambientais do programa, por meio de sua participação na série de documentários *A década da destruição*, dirigida por Adrian Cowell e Vicente Rios. O artigo aborda as críticas presentes nos filmes, cuja exibição em países europeus, Brasil, Canadá e Japão levou ao convite para que Lutzenberger prestasse depoimento no Congresso Norte-americano, em Washington. Esses eventos provocaram uma mudança de atitude por parte do Banco Mundial, projetaram Lutzenberger internacionalmente e ajudaram a promover a Amazônia como problemática de alcance mundial.

**Palavras-chave:** José Lutzenberger, contrarreforma agrária em Rondônia, meio ambiente e ditadura militar.

**Abstract:** The present paper examines the role environmentalist José Lutzenberger played against POLONOROESTE, the colonization program implemented in the 1980's in Rondônia, financed partially by the World Bank. Lutzenberger denounced the social and environmental problems of the program by means of his participation in the documentary series *The Decade of Destruction*, directed by Adrian Cowell and Vicente Rios. This paper discusses the criticism present in the films, whose showings in Europe, Brazil, Canada, and Japan led to Lutzenberger being invited to testify in the United States congress, in Washington D.C. This chain of events fostered a change of attitude from the World Bank, bringing Lutzenberger to international prominence and helping promote the Amazon rainforest as a world reaching problematic.

**Keywords:** José Lutzenberger, agrarian counter-reform in Rondônia, environment and military dictatorship.

---

## Introdução

<sup>1</sup> Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora no Departamento de História na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Campus Reitor João David Ferreira Lima, s/n, Trindade, 88040-900, Florianópolis, SC, Brasil.

Na década de 1980, a Amazônia foi alvo de intenso desmatamento e queimadas, imagem que ficou eternizada na série de documentários de Adrian Cowell e Vicente Rios, *A década da destruição*. Adrian Cowell (1934-2011) foi historiador e documentarista chinês naturalizado britânico. Começou a vir para o Brasil em 1958, onde filmou os indígenas e a Floresta Amazônica. A partir

de 1980, o cinegrafista brasileiro Vicente Rios passou a acompanhá-lo nas filmagens, formando uma parceria de mais de 30 anos, até a morte de Cowell. Durante 10 anos (1980-1990), os cineastas e sua equipe filmaram a região, com destaque para o estado de Rondônia, onde os governos militares implantaram um controverso programa de colonização e reforma agrária em meio à floresta<sup>2</sup>.

Personagem importante na luta pela preservação da Amazônia, o engenheiro agrônomo e ambientalista porto alegrense José Lutzenberger (1926-2002) foi convidado por Cowell a participar das filmagens, atuando como narrador de um dos documentários. Depois de trabalhar no exterior durante 13 anos para a multinacional agroquímica BASF, Lutzenberger retornou a Porto Alegre-RS, onde foi um dos fundadores e primeiro presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), em abril de 1971. A defesa da Amazônia, bem como a luta contra os agrotóxicos, desde o início da AGAPAN, tornou-o ambientalista conhecido internacionalmente. Por sua atuação, recebeu o Prêmio Nobel Alternativo (*The Right Livelihood Award*), em 1988. Foi Secretário do Meio Ambiente no governo Collor, 1990-92, e criou a Fundação Gaia, em Pantano Grande-RS, para promover a agroecologia e educação ambiental, em 1987. Lutzenberger possuía extensa atuação contra o uso de agrotóxicos na agricultura e os métodos da “revolução verde”<sup>3</sup> em geral.

Sob a égide dos governos da ditadura militar brasileira (1964-1985), foram implantados uma série de projetos para estimular o desenvolvimento da Amazônia. Foi adotada a prática da colonização como forma planejada para promover a ocupação da “última fronteira” do país<sup>4</sup>. Com o golpe civil-militar em abril de 1964<sup>5</sup>, os governantes que tomaram o poder queriam resolver o problema da posse da terra no Brasil por meio de uma reforma agrária na Amazônia. A reforma agrária havia sido uma das grandes bandeiras do governo do presidente João Goulart, que tentara implementá-la por meio de projetos enviados ao Congresso Nacional, sempre com grande resistência de políticos e proprietários rurais conservadores. A sua rejeição, entre outros fatores, fez com que Goulart estreitasse relações com a esquerda radical, o

que foi um dos elementos importantes na detonação do golpe (Ferreira, 2011).

Em novembro de 1964, foi aprovado o “Estatuto da Terra”, a Lei Nº. 4.504, que determinou a desapropriação através de títulos de dívida pública da União como forma de indenizar os proprietários. Para Warren Dean (1996, p. 304), “as Forças Armadas, irritadas com a intransigência dos grandes proprietários diante de qualquer tipo de reforma e receosas da radicalização dos movimentos grevistas que haviam precedido sua tomada do poder, estavam tentando se apoderar da questão agrária e, ao mesmo tempo, incentivar o uso eficiente da terra”. Nos governos militares, a questão agrária deixou de ser tema político para se tornar um problema técnico (Vita, 1991).

Todo um conjunto de órgãos e dispositivos legais foi formulado pelos governos ditoriais para tornar realidade o “desenvolvimento da Amazônia”. Além do Estatuto da Terra, podemos citar a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), um dos órgãos centrais nas políticas de ocupação, e do Banco da Amazônia (BASA), ambos em 1966; a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1967-1971), formulado pela SUDAM, no ano de 1967. Em 9 de julho de 1970, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com a missão de realizar a reforma agrária no país. No entanto, em vez de “promover uma mudança na estrutura fundiária nos locais de conflito (reforma agrária, incidindo sobre terras particulares), a opção foi abrir novas áreas de ocupação, distribuindo terras públicas em territórios ainda ‘inabitados’(colonização)” (Le Torneau e Bursztyn, 2010, p. 114).

A colonização da Amazônia, anunciada pelos militares como reforma agrária, foi planejada como realização material do slogan “uma terra sem homens para homens sem-terra”. No entanto, essas regiões a serem desbravadas não eram “terra sem homens” ou “vazios demográficos”; estima-se que na Amazônia vivam, na época, cerca de 60% das tribos indígenas brasileiras (Ribeiro, 1992, p. 174), além disso, havia seringueiros e ribeirinhos que povoavam a região. Segundo Souza e Pessoa (2009, p. 3), o que aconteceu em Rondônia foi, na verdade, uma “contrarreforma

<sup>2</sup> O enorme acervo filmico de Cowell foi doado à Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás) e está sendo organizado por Rios. É possível consultar a filmografia de Cowell em: <http://imagensamazonia.pucgoias.edu.br/index.html>. Acesso em: 30/06/2014.

<sup>3</sup> A chamada “revolução verde” foi a introdução, durante os anos 1960-70 em diferentes países, de um conjunto de práticas que utilizaram inovações tecnológicas na agricultura, como o uso de irrigação, tratores, fertilizantes inorgânicos, agrotóxicos, etc. Sobre o conceito de revolução verde, consultar Umaña (2014).

<sup>4</sup> Desde os anos 1930-40, tiveram início os discursos sobre a necessidade de maior integração da Amazônia ao Brasil. Durante o primeiro governo Vargas (1930-1945), a Amazônia se torna objeto de planejamento governamental (Becker, 2009, p. 216). Podemos citar o célebre “Discurso do Rio Amazonas”, proferido por Vargas em Manaus, em 1940, quando o então presidente argumentou que “o nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra, desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto”. Com isso, segundo Vargas, seria possível “retomar a cruzada desbravadora e vencer, pouco a pouco, o grande inimigo do progresso amazonense, que é o espaço imenso e despovoado” (Vargas, 1942, p. 259-262).

<sup>5</sup> Esclareço, aqui, que sigo as considerações de Carlos Fico (2014, p. 10), que admite “como correta a expressão ‘golpe civil-militar’, mas o que veio depois foi uma ditadura indiscutivelmente militar”. Portanto, uso no artigo os termos “golpe civil-militar” para referir-me ao evento de 1964 e “ditadura militar” para o período posterior, até 1985, quando acontece a redemocratização do país.

agrária”, entendida aqui como um processo que promoveu a expropriação de diferentes grupos sociais e, ao mesmo tempo, a produção de um grupo de produtores rurais sem terra que ainda no século XXI luta por “um pedaço de chão para sobreviver e reproduzir-se”.

Lutzenberger foi uma das vozes críticas a esse processo. Em Nairóbi (Quênia), em sua palestra na Conferência Estocolmo+10, promovida pela ONU, em maio de 1982, ele afirmou que “esses projetos de colonização são concebidos para evitar de ter que fazer a reforma agrária em outras regiões – Sul, Nordeste e Centro-Oeste” (Lutzenberger, 1982, p. 3). Em sua avaliação, os projetos deslocavam “índios, caboclos e seringueiros, todos com estilo de vida compatível com a floresta” (Lutzenberger, 1982, p. 7). Em seu lugar, eram instalados assentamentos “que estão demolindo a floresta em Rondônia são parte de uma estrutura colonialista clássica de dependência e exportação”.

Por concordar com a visão de Lutzenberger, Cowell o convidou para participar nas filmagens de *A década da destruição*. O objetivo principal da série de documentários era acompanhar o processo de colonização em Rondônia, promovido em torno da Estrada BR-364, com o financiamento do Banco Mundial. O episódio mais incisivo, “Nas cinzas da floresta”, chegou a ser exibido em Washington, como abertura de um depoimento de Lutzenberger no Congresso estadunidense, em 1984. O ambientalista pediu a suspensão do empréstimo ao Brasil, pois as cláusulas de proteção ambiental do contrato não estavam sendo atendidas na prática.

Este artigo é fruto de uma pesquisa maior, minha tese de doutorado, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Nesse estudo, escrevi uma biografia de Lutzenberger, tendo como problemática geral compreender como ele construiu e divulgou uma ética ecológica durante 31 anos de militância (1971-2002). Foi possível avançar na compreensão maior dessa ética e numa sistematização de seus princípios. A partir do conhecimento de sua trajetória militante e de leituras por ele realizadas, afirmei que, a partir da apropriação de conceitos e ideias de uma série de autores, Lutzenberger construiu uma ética original, denominada por mim de “ética da convivência ecossustentável” (Pereira, 2016).

Neste texto, o objetivo é analisar a atuação ambientalista de Lutzenberger, articulada com a de outros agentes, contra a ocupação da floresta em Rondônia, na década de 1980. O acesso à trajetória de Lutzenberger,

por meio de sua participação em *A década da destruição*, pesquisada em seu acervo privado<sup>6</sup>, ilumina o importante episódio da ocupação do Estado de Rondônia, promovida pelos governos militares, na década de 1980. Permite, assim, ampliar nossa compreensão sobre como as questões ambientais eram tratadas pela ditadura militar. Essa abordagem varia a lente de observação de uma trajetória individual para o contexto maior, como defende Donald Worster (2011), para quem tanto a escala global, coletiva, como a escala individual e local são importantes lentes para o entendimento do passado.

Para enfocar a atuação de Lutzenberger contra a suposta reforma agrária na Amazônia, este artigo se divide em cinco partes. Após esta introdução, na segunda parte oferecemos uma caracterização do POLONOROESTE; em seguida, tratamos das filmagens, as denúncias presentes nos filmes e a recepção inicial dos documentários de Cowell. Na quarta seção, abordamos o depoimento de Lutzenberger em Washington. Por último, nas considerações finais, analisamos as contribuições da atuação de Lutzenberger e das exibições de *A década da destruição*, tanto na conscientização sobre as consequências dos projetos colonizadores, bem como na mudança de atitude do Banco Mundial para com a obra da BR-364, e o que isso representou no contexto de lutas ambientalistas dos anos 1980.

## O POLONOROESTE

Em outubro de 1981, Lutzenberger viajou para a Amazônia a fim de dar seguimento à causa que tocava em paralelo à luta contra os agrotóxicos e por uma agricultura ecológica. Nessa viagem, em especial, Lutzenberger encontraria o cineasta Adrian Cowell para iniciar a filmagem de um dos documentários da série *A década da destruição*. O ambientalista foi o narrador do episódio “Nas cinzas da floresta”, em que, por meio da história frustrada do colonista gaúcho Renato, mostrou o absurdo da colonização em meio à floresta praticada em Rondônia, promovida pelo Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE).

Instituído pelo Decreto presidencial nº 86.029, de 27 de maio de 1981 (Brasil, 1981), assinado pelo presidente João Figueiredo, o POLONOROESTE abrangia as áreas de influência da ligação rodoviária entre Cuiabá-Porto Velho, o oeste e noroeste de Mato Grosso e o território de Rondônia (Brasil, Decreto 86.029/1981,

<sup>6</sup> Utilizo, como principais fontes primárias de estudo, textos, recortes de jornais e documentos em geral (inéditos) do Arquivo Privado José Lutzenberger. Este acervo já foi doado ao Memorial Jesuíta da Unisinos: parte dele (a biblioteca de livros e revistas do ambientalista) já se encontra na universidade; a documentação propriamente dita está em processo de preparação pela filha, Lilly Lutzenberger. Estou ciente dos desafios e dos cuidados necessários a tomar-se na utilização de acervos privados. É preciso estar atento para o que Ángela de Castro Gomes (1998) chama de “feitiço dos arquivos privados”. Luciana Heymann (1997, p. 42-44) também alerta que o arquivo deve ser visto como “um esforço de representação, ou melhor, de produção de si mesmo”.

Art. 2). Com recursos financeiros de 1,6 bilhões de dólares (34% proveniente do Banco Mundial, ou seja, 443 milhões de dólares), o POLONOROESTE tinha como principais objetivos:

- Asfaltamento de 1.400 km da rodovia BR-364, ligando Cuiabá e Porto Velho (42% dos meios financeiros do programa);
- O estabelecimento de cerca de 20.000 camponezes em novos projetos de colonização, dos quais 15.000 se estabeleceriam em Rondônia (24%);
- O desenvolvimento rural integrado nas áreas de influência da estrada BR 364 no Mato Grosso e em Rondônia (23%);
- O combate à malária em Rondônia (2%);
- A proteção das populações indígenas na zona de influência da BR 364 (3%);
- A proteção do meio ambiente na região-programa (1%) (Coy, 1988, p. 185).

Por meio do Programa, o governo dava sequência a seu objetivo maior de promover a “integração nacional” - no caso, a integração do território de Rondônia ao resto do país. O Estado já era alvo dos Projetos Integrados de Colonização (PIC) concebidos pelo Programa de Integração Nacional (PIN), construídos por intermédio do INCRA. Esses projetos obedeceram a uma contrarreforma agrária, entendida aqui de acordo com Binsztok *et al.* (2009, p. 2), para quem esta fora planejada com o objetivo de

*atenuar os efeitos decorrentes da modernização conservadora ocorrida nas áreas cafeeiras, particularmente no norte do Espírito Santo e do norte do Paraná dirigida pelo IBC/GERCA (Instituto Brasileiro do Café/Grupo Executivo de Recuperação Econômica da Cafeicultura). As medidas adotadas pelo GERCA visavam modernizar a cafeicultura determinando a erradicação de milhares de pés de café considerados improdutivos e provocando uma grande expropriação de pequenos proprietários, meeiros e trabalhadores agrícolas concentrados no centro-sul do país.*

Na contrarreforma agrária em Rondônia, repetiram-se os erros da ocupação das margens das Rodovias Transamazônica e Belém-Brasília, bem como de outras áreas de solo arenoso da Amazônia. Houve sérios conflitos entre colonos, que chegavam principalmente da região Centro-Sul do país, e indígenas, seringueiros e ribeirinhos, os quais se viram expropriados das terras que ocupavam

havia longa data. Como podemos ver acima, os percentuais destinados à proteção das populações indígenas e ao meio ambiente representavam apenas 4% do valor total do POLONOROESTE, o que permite entrever que esses dois fatores não eram a sua prioridade. Porém, mesmo esse baixo percentual de recursos que deveriam ser aplicados “no fortalecimento de políticas sócio ambientais foram realocados para criação de infraestrutura, especialmente viária” (Souza, 2011, p. 156).

Além dos povos da floresta, não foram menos expropriados os colonos pobres que, sem terra para plantar no Centro-Sul do país, foram deslocados para Rondônia. Em seu território, deu-se uma mistura explosiva: a chegada de grande quantidade de colonos sem-terra e a negligência do Estado com relação às populações indígenas e seringueiros, entre outros, tornaram-se fatores que “produziram um contexto de extrema violência na luta pela terra, onde os únicos que ganharam foram os empresários e grileiros” (Souza; Pessoa, 2009, p. 3). Esse contexto conflituoso seria retratado nos documentários de Cowell e Rios.

## “Nas cinzas da floresta”

*A década da destruição* foi uma produção conjunta da Central Television, de Londres, e da Universidade Católica de Goiás (UCG), por meio da equipe do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA), da qual o codiretor dos documentários, Vicente Rios, fazia parte. As filmagens transcorreram normalmente; Cowell e Lutzenberger trabalhavam “muito afinados” (Rios, entrevista, 2014)<sup>7</sup>. Segundo Rios, Lutzenberger era carismático e se expressava com uma linguagem abrangente, capaz de cativar o público que o assistia pela TV.

As filmagens iniciais resultaram em quatro episódios: “Na trilha dos Uru-Eu Wau Wau”, “O caminho do fogo”, “Nas cinzas da floresta” e “Tempestades na Amazônia”, lançados em 1984<sup>8</sup>. No documentário “Nas cinzas da floresta”, filmado entre dezembro de 1981 e fevereiro de 1982, Lutzenberger fez uma crítica veemente à contrarreforma agrária em Rondônia, apresentando imagens que mostravam tanto a devastação ambiental promovida pelos projetos de colonização, como o drama vivido pelos indígenas, seringueiros e colonos.

Ele sugeriu a Cowell que o filme deveria começar “muito distante da selva de Rondônia, nas imensas monoculturas do Sul do Brasil”, onde estaria a origem do problema (Lutzenberger, 1984a). É relevante constatar

<sup>7</sup> Entrevista de Vicente Rios à autora, em 20 de junho de 2014.

<sup>8</sup> Dois desses documentários podem ser assistidos no Youtube. “Nas cinzas da floresta”: Parte 1: <https://www.youtube.com/watch?v=turc8HXIN4c>. Parte 2: <https://www.youtube.com/watch?v=bUL2Uklpdi4>. “Na trilha dos Uru-Eu WauWau” - Parte 1: <https://www.youtube.com/watch?v=dzmj5u0IRj8>. Parte 2: <https://www.youtube.com/watch?v=UJGGHjz92o>. Acessos em 17/09/2016. “O caminho do fogo” e “Tempestades na Amazônia” não estavam disponíveis online até a finalização deste artigo.

que o interesse mais efetivo de Lutzenberger pelo que acontecia na Amazônia – chegando a viajar para lá e a participar de filmes sobre a devastação – deu-se em função do mesmo grande tema de sua militância ambiental, desde o início da AGAPAN: a agricultura. Isso nos mostra a importância da profissão de engenheiro agrônomo como uma das linhas orientadoras de sua ação política, militante. De acordo com o ambientalista, os colonos sulistas eram deslocados de suas terras “pela crescente capitalização, que significa o uso cada vez mais intenso de herbicidas, de pesticidas” (Lutzenberger, 1984a), ou seja, na Amazônia, ele continuava lutando contra o pacote tecnológico instituído pela agricultura moderna (revolução verde), apoiado pelos governos militares.

O filme mostrou as consequências da chegada de 20.000 a 200.000 migrantes por ano em Rondônia para ocupar as áreas ao longo da BR-429, que derivava da BR-364, a rodovia principal. Além de causar a enorme queima de árvores retratada no documentário, a BR-429 adentrou as terras dos indígenas “Uru-Eu Wau Wau”, que viviam isolados, causando a transmissão de uma série de doenças a eles. Para completar o quadro negativo, o solo da região era muito pobre, arenoso; nenhum cultivo crescia no local. Por causa disso, os migrantes abandonavam seus lotes um ou dois anos depois, deixando a terra disponível à especulação imobiliária. Muitos lotes eram comprados pelo mesmo dono para criar gado, o que levava ao esgotamento do solo e à concentração de terras no Estado. Lutzenberger criticou esse processo no documentário: “a criação de gado é um dos maiores absurdos que se possa fazer na mata amazônica, pois causa a destruição estúpida e irreversível da floresta e de culturas indígenas. Esses esquemas não produzem praticamente nada, a produção da pecuária extensiva é extremamente baixa” (Lutzenberger, 1984a).

Segundo a narrativa do filme, o governo estimulava deliberadamente a migração para resolver conflitos sociais no resto do Brasil, e era o maior responsável pela devastação. O INCRA condicionava o recebimento do título de propriedade do lote à realização de “benfeitorias” nas terras - o desmatamento era considerado benfeitoria.

A participação na série *A década da destruição* significou um avanço na trajetória de Lutzenberger como ambientalista. Ao final da primeira etapa das filmagens, em 1984, os documentários começaram a ser exibidos no Brasil e na Europa, onde sua imagem passou a tornar-se mais e mais conhecida. Ele começou a ser convidado com frequência a dar palestras no exterior e a escrever artigos para revistas e livros estrangeiros. Os filmes só foram concluídos em setembro de 1990, pois a intenção era

registrar a colonização de Rondônia e suas consequências durante toda a década de 1980. Para isso, o diretor montou duas versões dos documentários, com os acréscimos de filmagens que ele ia obtendo durante todo o processo<sup>9</sup>.

No Brasil, a primeira versão da série (que reunia os quatro primeiros documentários) foi exibida na Rede Globo, em janeiro de 1984, em dois canais paulistas, a TV Cultura e a TV Gazeta, em outubro de 1985, e, segundo o folder de divulgação do filme (UCG, 1986), os produtores estavam em negociação para que passasse nas 22 emissoras que formavam a TV Educativa, a TVE. No exterior, foi veiculado no Japão, Canadá, e 16 países europeus.

Também foram realizadas várias sessões-debate dos filmes, muitas delas com a presença de Lutzenberger, entre 1984 e 1987. O primeiro desses eventos no Brasil ocorreu em Porto Alegre, em 02 de julho de 1984, na sede da AGAPAN. A série já havia passado na TV da Grã-Bretanha, onde causara grande repercussão: milhares de cartas de protesto contra a devastação da Amazônia foram recebidas pela Embaixada Brasileira em Londres (Zero Hora, 1984a).

Em junho de 1985, os quatro documentários foram exibidos em Brasília, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, como parte do evento-debate “Consequências ambientais da política de ocupação do Noroeste brasileiro: o caso de Rondônia”. Segundo cobertura de Ary Pararrayos para o *Correio Brasiliense* (Pararrayos, 1985), “não havia muita gente na exibição. Alguns heroicos parlamentares, o costumeiro e repetido público, os promotores”. Entretanto, segundo sua avaliação, “ficou aberto mais um foco, constituiu-se mais um campo de ação no meio das instituições para discussão do meio ambiente”.

Pararrayos relacionou a devastação da floresta à questão eleitoral e econômica que marcava o final da ditadura, ao emitir o alerta de que “a persistir enganos como esse, de uma reforma agrária que nada mais é do que um título de propriedade acoplado a um título de eleitor, as grandes empresas, que cresceram à sombra dos regimes militares continuarão obcecadamente brigando com o mato natural que toma conta do que eles querem transformar em pastagens”. Por fim, o jornalista avaliou *A década da destruição* como “um esforço útil. Levanta questões que deviam ser defendidas nas escolas para que todos pudéssemos conhecer a realidade brasileira [...] encerrada nesse fantástico território mal compreendido, mal dividido e mal aproveitado – a Amazônia” (Pararrayos, 1985). De fato, os documentários foram exibidos em escolas (no final do processo, foi preparada uma versão mais curta

<sup>9</sup> Na primeira versão, “Nas cinzas da floresta” contava com 26 minutos. Na versão final, ficou com 56 minutos, incluindo cena do depoimento de Lutzenberger em Washington (1984), o acompanhamento da situação de Renato, bem como os desdobramentos da devastação da floresta em Rondônia, ao longo da década.

dos filmes para exibição em instituições educacionais), e também em uma série de órgãos públicos e particulares, entidades não governamentais, seminários e congressos culturais e científicos, sindicatos de trabalhadores, etc.

Em 1986, houve exibição e debate com a presença de Lutzenberger em Rio Branco, no Acre, e em Porto Velho, Rondônia. O primeiro evento fazia parte do Encontro dos Seringueiros do Vale do Acre e do Seminário “O Acre não está à venda”, organizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), Partido dos Trabalhadores, Sindicato dos Trabalhadores de Xapuri e Federação dos Moradores do Acre. O objetivo do encontro era debater os efeitos da BR-364 no trecho entre Rio Branco e Porto Velho. Após a conclusão do trecho Cuiabá-Porto Velho, uma segunda etapa do POLONOROESTE previa a abertura e asfaltamento da rodovia até Rio Branco. Lutzenberger proferiu a palestra “BR-364, progresso para quem?”, na qual enfatizou os aspectos éticos-ideológicos da ocupação desordenada que a abertura da estrada estava provocando na região: “Acima de tudo, o governo do estado do Acre deveria dar prioridade a seu povo, em especial aos seringueiros, índios e demais habitantes da mata” (O Rio Branco, 1986).

Para o ambientalista, no Acre, como em todo o país, era “necessário ser repensado o sistema econômico que atualmente, vem de encontro aos anseios da comunidade, o que propicia sempre maior concentração de poder”. Ao invés do governo “promover o desenvolvimento das grandes fazendas na região da floresta amazônica, o que levava a sua destruição irreversível e à marginalização de seus habitantes, deveria incentivar um modelo que promovesse os interesses de seus verdadeiros ocupantes”. No caso específico do seringueiro, público-alvo do evento, acrescentou:

*por que não diminuir a exploração da qual ele é vítima, dando-lhe melhores condições (habitação, saúde, transportes) e ensinando-lhes também como melhorar seus métodos de produção? Parece que isso não é considerado progresso, pois existe toda uma ideologia que somente vê progresso na máquina, e não no bem-estar social dos cidadãos*” (O Rio Branco, 1986).

Na fala de Lutzenberger, ainda que defendendo os seringueiros, podemos perceber o uso de um vocabulário paternalista, de que era preciso “ensiná-los” a produzir melhor. Na verdade, os seringueiros, assim como indígenas, já nos anos 1970, começaram a organizar sua luta, no despertar para a resistência, perante a violência suscitada pelo processo de “modernização” da Amazônia. Segundo Allegretti (2002, p.26), “desde 1975 os sindicatos estavam sendo organizados e os conflitos com os fazendeiros já

haviam, inclusive, levado ao assassinato do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Brasiléia-AC, Wilson Pinheiro, no ano anterior”. O STR de Xapuri-AC, foi fundado em 1977. Um dos processos mais conhecidos de resistência dos seringueiros, liderados por esses sindicatos, foi o “empate”, por meio do qual “homens, mulheres e crianças impediam a destruição da floresta abraçando-se às árvores” (Souza *et al.*, 2010, p. 6).

Na semana seguinte, os filmes foram exibidos no auditório Carmela Dutra, em Porto Velho, Rondônia, em evento muito concorrido, “contando com a participação de intelectuais de todos os setores, nações indígenas e estudantes de 1º e 2º graus, demonstrando grande interesse pela promoção, organizada pela PUC-Goiás. Muita gente, especialmente os jovens, demonstrou preocupação diante das cenas que viam na tela” (Alto Madeira, 1986). O grande interesse do público, comprovado pelo “auditório totalmente lotado, com pessoas de todo o interior do estado” (O Estado de São Paulo, 1986), ao contrário da exibição na Câmara dos Deputados, muito provavelmente foi motivado pela temática retratada nos filmes, de apelo direto junto aos rondonienses, os maiores afetados pela BR-364.

Em sua fala, Lutzenberger criticou a suposta reforma agrária com palavras duras: “o modelo porco do governo que temos está trazendo para a Amazônia os marginalizados do Sul do país, para que destruam o pouco que resta da floresta” (O Estado de São Paulo, 1986a). Afirmou que a devastação não se justificava nem por argumentos econômicos: “quando se diz que criar gado aqui é negócio eu não concordo porque eu vejo hoje uma produção de 60 kg por hectare, enquanto na Alemanha, Dinamarca e outros países se produz 600 kg de carne por hectare mais o leite. Ainda me chamam essa imbecilidade de progresso”.

Ao final do evento, os participantes entregaram documento ao governador de Rondônia, Ângelo Angélim (do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB), com sugestões para solucionar problemas de conflitos em áreas indígenas, ambientais e para a reforma agrária no estado. Entre as sugestões, constavam a criação e consolidação de reservas indígenas e extrativistas; a promoção da autonomia aos trabalhadores; o zoneamento ecológico-econômico da região, com a participação das comunidades; o incentivo a uma política de ocupação que evitasse pontos de atrito entre seringueiros, colonos e índios; a interrupção da construção de estradas, já que elas aumentavam o fluxo migratório, e, como alternativa, a utilização de transporte por comboios animais para levar produtos às comunidades (O Estado de São Paulo, 1986b).

Para além de suscitar debates sobre a problemática amazônica, nos âmbitos nacional e internacional, a exibição dos filmes interferiu nos rumos do POLONOROES-

TE e da carreira de Lutzenberger como ambientalista. Um dos mais importantes efeitos das exibições de *A década da destruição* foi o convite para que Lutzenberger prestasse depoimento em Washington numa audiência pública sobre as implicações sociais e ambientais dos projetos financiados pelo Banco Mundial.

## O apelo internacional

Entidades ambientalistas norte-americanas conseguiram que audiências públicas sobre projetos financiados pelo Banco Mundial fossem realizadas, pois estariam informadas por relatórios de antropólogos brasileiros sobre a situação dos indígenas em Rondônia (Allegretti, 2002, p. 465-66)<sup>10</sup>. Nesses documentos, constava que tribos como os Nambiquara “estavam sendo dizimados em contato com os trabalhadores das frentes de construção”. Do contrário, o Banco Mundial afirmava que o POLONOROESTE era “um projeto modelo”, pois nele constavam cláusulas de proteção ambiental à floresta e demarcação e terras indígenas. No entanto, verificou-se que o banco sequer possuía estrutura para averiguar se essas cláusulas estavam sendo cumpridas, de fato. Dessa forma, entidades ambientalistas dos Estados Unidos “convenceram o Sub-Comitê do Senado responsável pelas Instituições Internacionais de Desenvolvimento a realizar audiências públicas sobre os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMD) e o meio ambiente” (Allegretti, 2002, p. 466). Essas audiências se realizaram em 1983.

Em 1984, essas entidades ambientalistas chamaram a atenção de outra Comissão do Senado (Pesquisa Agrícola e Meio Ambiente) e, como base em um dossier sobre os impactos sociais e ambientais do POLONOROESTE, conseguiram que fosse convocada uma audiência pública específica sobre o programa. Lutzenberger prestou o principal depoimento da audiência. Em 19/09/1984, ele iniciou sua fala descrevendo o contexto social e político por trás do projeto.<sup>11</sup> Ainda que iniciativas como o POLONOROESTE fossem divulgadas pelo governo como a “maior reforma agrária do mundo”, para o ambientalista, “os assentamentos em Rondônia estão sendo promovidos tão somente para se fugir à realização da justiça social em outras partes do Brasil” (Lutzenberger, 1984b, p. 2-3). A real finalidade do projeto seria a solução dos conflitos no campo sem mexer na estrutura fundiária brasileira:

*É calculado que existem pelo menos 2,5 milhões de sem-terra pobres no Brasil hoje, e o POLONOROESTE foi*

*designado como uma válvula de escape para as pressões políticas e sociais causadas por eles. É um método de diminuir os riscos e aumentar a segurança dos grandes proprietários. E isso é feito removendo parte dos pobres rurais das regiões onde eles nasceram e transferindo-os para a Amazônia. O que é pior, transfere-os de solos ricos, num clima subtropical, que podem ser rapidamente recuperados, para um pobre solo tropical, onde o desmatamento se faz dano permanente (Lutzenberger, 1984b, p. 2-3).*

Para o ambientalista, o financiamento da BR-364 “contraria o próprio acordo entre o governo brasileiro e o BIRD, que condicionava o crédito à não invasão dos territórios indígenas, demarcados ou não” (Zero Hora, 1984b, p. 37). No entanto, ocorria o contrário: “Nós sambemos que a BR-364 – da qual faltam construir 150 km – já está penetrando em território indígena no Vale do Guaporé, em Rondônia”. O mais grave, em sua opinião, era que havia muitas tribos desconhecidas e ainda não contatadas pelos brancos, ao longo do território da estrada, entre elas a tribo dos Uru-Eu Wau Wau. Para Lutzenberger, a soma já liberada pelo banco ao POLONOROESTE era uma verba mal aplicada, já que implicava a retirada de colonos do Sul para a Amazônia, onde acabavam destruindo o solo e tendo que migrar novamente, além de promover a invasão das terras indígenas.

A crítica ao projeto era embasada em sua visão sobre a agricultura. Lutzenberger argumentou que a maioria dos imigrantes “vem do Sul, onde eu vivo. É uma região de bom solo, originalmente colonizado por alemães, italianos e poloneses, que produziu uma relativamente saudável e permanentemente sustentável agricultura camponesa no século passado até os anos 50 deste século. Agora está em total declínio”. O problema, para ele, foram as “políticas governamentais dos últimos anos [que] têm ido contra os interesses dos camponeses. O governo tem promovido somente colheitas de alto rendimento, monocultura para exportação, especialmente plantações de soja”. Além disso, o governo dava suporte aos “inssumos modernos”: maquinaria pesada e sofisticada, fertilizantes sintético-minerais e pesticidas. Em muitos casos, os grandes proprietários compraram as pequenas propriedades e ali implantaram enormes plantações de soja” (Lutzenberger, 1984b, p. 2).

Mesmo que o governo declarasse que o objetivo principal do POLONOROESTE era “assegurar o aumento da produção em harmonia com a preocupação pela preservação dos ecossistemas e recursos naturais”, segundo

<sup>10</sup> De acordo com Allegretti (2002, p. 465), os antropólogos brasileiros entregavam os relatórios à Associação Brasileira de Antropologia, que repassava para organizações internacionais de defesa dos direitos indígenas, *Cultural Survival* nos EUA e *Survival International* na Inglaterra, que dirigiram suas críticas ao Banco Mundial.

<sup>11</sup> O depoimento de Lutzenberger foi publicado em inglês como artigo na revista *The Ecologist* (Lutzenberger, 1985).

o ambientalista, na prática, acontecia “exatamente o contrário”. Para comprovar suas afirmações, lançou mão de argumentos científicos sobre as consequências ambientais do programa:

*Parece paradoxal, mas os solos debaixo da floresta tropical são os mais pobres do mundo. Altas temperaturas permanentes e alta pluviosidade fazem com que todos os nutrientes minerais sofram lixiviação. A porção de argila do solo não tem quase nenhum nutriente mineral. A floresta mantém todos seus nutrientes em sua biomassa. Quando a floresta é cortada ou queimada, e as fortes chuvas levam as cinzas, a maior parte dos nutrientes da floresta são perdidos. Os rios levam-nos para o oceano. Como os solos não têm capacidade de fixação, fertilizantes convencionais são usados (Lutzenberger, 1984b, p. 3).*

A exuberante floresta retém todos os nutrientes em sua biomassa, já que a maior parte do solo amazônico é realmente muito pobre. No entanto, pesquisas mais recentes têm encontrado solos ricos na região. Segundo Vieira e Santos (1987), os solos da Amazônia incluem os mais pobres e os mais ricos do planeta. Cerca de 75% desses solos são pobres e ácidos; 14% são de aluviões mal drenados em áreas de várzea ou igapós; 7% são de média à alta fertilidade; e 3% são extremamente pobres, arenosos, conhecidos por podzols. Pesquisas arqueológicas têm revelado o potencial dos solos de terra preta, “surpreendentemente férteis no contexto da Amazônia”, que possuem “origem antrópica, composta, entre outros fatores, pela associação recorrente entre terras pretas e cerâmicas arqueológicas e pela presença no solo de marcadores químicos associados a atividades humanas” (Neves, 2005, p. 31-32).

Lutzenberger argumentava também que os problemas aumentavam por causa do método adotado pelo INCRA para a divisão dos lotes entre os colonos, aspecto retratado no documentário “Nas cinzas da floresta”. De acordo com o ambientalista, as terras eram “cortadas por linhas retas e divididas pelo INCRA, de acordo com um tabuleiro de damas – como padrões cegamente concebidos numa prancheta. Alguns lotes possuem bom solo, outros quase pura areia ou afloramentos de rochas” (Lutzenberger, 1984b, p. 4). Com isso, muitos lotes eram abandonados após as magras colheitas e empresários compravam-nos, aumentando a concentração de terras.

Grande parte desses novos latifúndios dedicava-se à pecuária, porque era a atividade mais simples e menos trabalhosa para ocupar a terra. Entretanto, o ambientalista denunciava que a “produtividade da pecuária é ridiculamente baixa (30 a 60 kg por ano) comparado com climas temperados. A floresta produz,

antes de ser cortada, muito mais comida por hectare na forma de frutos tropicais, de borracha, e peixe, de forma sustentável” (Lutzenberger, 1984b, p. 5). Mencionou também os povos da floresta, que eram expulsos com o POLONOROESTE: “as florestas cortadas não estavam vazias”. Rondônia era um exemplo clássico de que “dano ecológico e social sempre andam juntos [...]. Os humanos que já viviam nela – indígenas, seringueiros e caboclos – têm interesse na preservação da floresta. E a destruição da floresta arranca as únicas pessoas que aprenderam a viver em harmonia com ela” (Lutzenberger, 1984b, p. 5). Tendo em vista os argumentos apresentados, nosso personagem questionava se o Banco Mundial deveria financiar 30 % de um projeto que:

1. *Torna mais fácil e socialmente seguro para o poderoso manter grandes propriedades no Nordeste e promover monoculturas de rendimento para exportação no Sul.*
2. *Substitui a floresta tropical por formas inadequadas de agricultura.*
3. *E que expulsa da floresta os únicos povos que desenvolveram um meio sustentável de usá-la (Lutzenberger, 1984b, p. 7).*

Sugeriu ao Banco: se desejava “ajudar-nos com nossos problemas, por que não investe mais em projetos que ajudem a fixar os agricultores pobres em suas próprias terras no Sul e no Nordeste?” Também questionou por que a instituição financeira não “investia em pesquisa para melhorar a economia dos caboclos e seringueiros que já vivem na floresta?” (Lutzenberger, 1984b, p. 7). Por fim, Lutzenberger citou duas cláusulas do contrato de empréstimo que estavam sendo desrespeitadas na execução do programa. A primeira afirmava que o POLONOROESTE deveria desencorajar a exploração agrícola em áreas que fossem inadequadas para a agricultura; a segunda previa que a proteção dos indígenas na área do programa era “essencial para o sucesso do projeto”. Com base nessa última cláusula, o ambientalista questionou como o Banco não fez objeção a uma estrada que passava por áreas indígenas. A BR-364 prosseguia cegamente, sem importar-se com os povos da floresta cujas terras cortava. Por isso, em nome dos grupos ambientalistas do Brasil, Lutzenberger pedia que a instituição financeira interrompesse a construção da estrada e repensasse sua política em Rondônia (Lutzenberger, 1984b, p. 11).

Em 06 de maio de 1985, o jornal *O Globo* noticiou uma troca de correspondências entre o Banco Mundial e o governo brasileiro que levou à suspensão temporária do financiamento ao POLONOROESTE. Segundo o jornal

carioca, em 20 de outubro de 1984, a direção do BIRD<sup>12</sup> enviou uma carta ao então Ministro da Fazenda, Ernane Galveas, reclamando a adoção de medidas (proteção do meio ambiente e demarcação de reservas indígenas, especialmente dos Nhambiquaras). Como nada foi feito, em 13 de março de 1985, outra correspondência foi enviada ao governo brasileiro, o qual, diante das ponderações realizadas, preferiu suspender o contrato, antes que a direção do próprio BIRD adotasse formalmente essa medida (O Globo, 1985).

No mês seguinte, em 19 de abril de 1985, o “governo da Nova República” – como foi chamado o primeiro governo pós-ditadura militar, quando José Sarney era o presidente do país – mandou correspondência à direção do Banco na qual se comprometia a adotar as medidas para cumprir as cláusulas contratuais. Mas ainda faltava retirar os posseiros das reservas dos indígenas Gavião e Araras, em Rondônia. No início de maio de 1985, o BIRD enviou telex informando que a direção do Banco tomaria uma decisão sobre o assunto em futuro próximo (O Globo, 1985).

Em 28 de setembro de 1986, Lutzenberger prestou outro depoimento sobre a Amazônia em Washington, na “Conferência dos Cidadãos”, evento organizado por entidades não governamentais que visava protestar contra as políticas do Banco Mundial para financiamento de projetos em florestas tropicais e de grandes hidrelétricas. A conferência realizou-se entre 28 e 30 de setembro de 1986, precedendo a reunião anual do BIRD, marcada para acontecer de 30 de setembro a 03 de outubro de 1986.

Em sua fala, o ambientalista brasileiro defendeu novamente a suspensão de empréstimos aos programas governamentais de colonizar a Amazônia – dessa vez o problema se dava no Acre. Concluído o trecho Cuiabá–Porto Velho, a devastação da floresta continuava no prolongamento da BR-364 de Porto Velho a Rio Branco, no Acre, o qual contava também com financiamento do Banco Mundial. Depois do primeiro depoimento de Lutzenberger, congressistas norte-americanos escreveram ao Banco em 1985, e, com isso, o repasse final do empréstimo fora “congelado”. Além disso, o governo tomara “ações efetivas pela proteção da reserva dos Uru-Eu Wau Wau” (Lutzenberger, 1986, p. 2).

No entanto, ao visitar a reserva uma semana antes do depoimento, ele constatara a invasão por centenas de

posseiros e madeireiros que estavam roubando a madeira da área indígena. E o pior, o que acontecera em Rondônia estava sendo repetido no Acre. Contudo, apesar da situação difícil, o ambientalista vislumbrava uma esperança, pois os povos da floresta “estavam começando a perceber que podiam lutar, que eles são importantes” (Lutzenberger, 1986, p. 2).

Assim como os seringueiros, que haviam criado sindicatos nos anos 1970, também os povos indígenas já se organizavam na luta desde 1980, quando foi constituída a União das Nações Indígenas (UNI)<sup>13</sup>. Junto com Lutzenberger em Washington estavam líderes indígenas e seringueiros, Ailton Krenak (presidente da UNI) e Jaima da Silva (presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros), ambas as entidades formavam a “Aliança Amazônica dos Povos da Floresta”, com o objetivo de defender a Amazônia<sup>14</sup>. Na ocasião, Krenak leu uma declaração em nome da Aliança, pedindo que o BIRD e o Banco Mundial cessassem os empréstimos a todos os projetos que afetassem a floresta amazônica e que não protegessem o direito das pessoas que já viviam nela, os indígenas e seringueiros (Allegretti, 2002, p. 517).

Toda uma gama de atores internacionais se reuniu na pressão junto ao Banco Mundial: ambientalistas de diferentes países, por um lado, e seringueiros, grupos indígenas e seus aliados, por outro. O objetivo era garantir o direito à terra às populações que ocupavam o espaço amazônico (Hochstetler e Keck, 2007, p. 155).

A pressão internacional fez com que o Conselho de Diretores do BIRD suspendesse parte dos desembolsos do POLONOROESTE (Oliveira e Bursztyn, 2005, p. 96). Tal suspensão levou a duas importantes decisões na condução da política de colonização do estado:

*A primeira foi a substituição do POLONOROESTE, considerado um programa ultrapassado em termos conceituais e ideológicos, por outro, baseado nos princípios do desenvolvimento sustentável que o Banco Mundial começava a incorporar em suas políticas, mais tarde batizado com o nome de PLANAFLORO. A segunda foi a mudança no modelo de assentamento, abandonando o padrão baseado no que ficou conhecido como quadrado burro, passando a exigir estudos mais detalhados sobre as características fisiográficas da área,*

<sup>12</sup> O BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), fundado em 1944, com o objetivo de auxiliar na reconstrução dos países europeus devastados na Segunda Guerra Mundial, é ligado às Nações Unidas (ONU) e é uma das instituições que formam o Banco Mundial. Sobre a história da criação do banco, consultar Pereira (2012).

<sup>13</sup> Para saber mais sobre a UNI e o movimento indígena na Amazônia, consulte Deparis (2007) e Lopes (2011).

<sup>14</sup> De acordo com Brianezi (2010), a Aliança dos Povos da Floresta surgiu nos anos 1980 e marcou a aproximação entre a luta dos seringueiros, liderada por Chico Mendes, e a luta dos povos indígenas, representados por Ailton Krenak. Segundo a ex-senadora e integrante desse movimento, Marina Silva, a Aliança dos Povos da Floresta “é a união dos trabalhadores extrativistas com os povos indígenas para a defesa conjunta da reforma agrária e das terras indígenas. Essa aliança foi iniciada a partir do Conselho Nacional dos Seringueiros em assembleias indígenas e na participação de índios nas assembleias de seringueiros. Outros exemplos são a colaboração mútua em projetos de educação, saúde e cooperativismo, no apoio de índios e empates de seringueiros e reivindicações conjuntas contra a implantação de colônias indígenas e contra o projeto Calha Norte, na medida em que esses projetos implicam em medidas agressivas contra pessoas e contra a natureza” (Silva, 2010 in Brianezi, 2010).

*antes de proceder ao parcelamento e à entrega dos lotes (Oliveira e Bursztyn, 2005, p. 96-97).*

Ambas as decisões foram reivindicadas por Lutzenberger nos seus depoimentos em Washington; especialmente a segunda foi mencionada por ele várias vezes, inclusive no documentário “Nas cinzas da floresta”. Podemos perceber que suas falas nos Estados Unidos, aliadas à pressão internacional, acabaram colaborando para que houvessem mudanças efetivas na política de concessão de empréstimos do Banco Mundial, que seria, em virtude da repercussão decorrente desses episódios, obrigado a exigir estudos de impacto ambiental aos futuros projetos a serem financiados.

Lutzenberger, é claro, não estava sozinho nessa luta. Naquele contexto, uma série de ONGs ambientalistas internacionais (como *Friends of the Earth* e *Greenpeace*) se engajou numa “luta árdua para salvar as florestas tropicais do mundo” (San Francisco Examiner, 1985). Elas consideravam que o lobby junto aos grandes bancos era uma estratégia-chave para proteger as florestas da devastação, por isso, pretendiam convencer tais instituições financeiras a suspender empréstimos para programas de desenvolvimento em troca de medidas de proteção ao ambiente. Os depoimentos de Lutzenberger se inseriram nessa estratégia coordenada por grupos ambientalistas preocupados com as consequências globais do desmatamento e das queimadas, bem como da construção de grandes hidrelétricas no meio da floresta, como as de Tucuruí e Balbina, na Amazônia, projetos que também foram financiados em parte pelo Banco Mundial (Dams Newsletter, 1986).

## Considerações finais

O POLONOROESTE foi um dos programas de colonização que levou à destruição de enormes porções da floresta amazônica e à concentração de terras em Rondônia, promovido no ocaso da ditadura militar brasileira. Como a distribuição dos lotes não levou em conta as especificidades ambientais, especialmente a qualidade do solo, grande parte dos migrantes abandonou as terras pouco tempo depois do desmatamento e ocupação. O programa se revelou ineficiente quanto ao seu objetivo principal: não promoveu uma reforma agrária capaz de resolver os conflitos sociais no campo. Em vez disso, o POLONOROESTE estimulou o embate entre os colonos e os povos da floresta, pois ao contrário do que a propaganda dos governos ditoriais alardeava, a Amazônia não era “uma terra sem homens”. Para esses governos, os indígenas, seringueiros, ribeirinhos e a própria floresta eram inimigos a ser vencidos e substituídos pela “civilização”, representada pela ocupação para fins agrícolas.

A atuação do ambientalista José Lutzenberger, por meio de sua participação na série de documentários *A década da destruição*, foi importante no sentido de contribuir com a exposição do que acontecia em Rondônia no contexto nacional e internacional. Convém destacar que o interesse mais profundo de Lutzenberger nesse episódio vinha de sua formação profissional e militância anteriores: o modelo de agricultura praticada pelos migrantes trazidos pelo POLONOROESTE era o responsável pela devastação ambiental e desestruturação social no território rondoniense. Para o ambientalista, todo o processo era equivocado, desde a derrubada da produtiva floresta, até a instalação de fazendas de criação de gado na Amazônia, uma atividade insustentável a longo prazo.

Lutzenberger denunciava que o programa de colonização empreendido pelos governos militares era efetivado de forma a não realizar a necessária reforma agrária nos territórios do Sul e Sudeste do país. Ele era uma farsa, na medida em que promovia uma migração interna de agricultores dessas regiões, expropriados pela “modernização” no campo, para a Amazônia, cujos solos são, em boa parte, impróprios para a atividade agrícola extensiva.

O episódio aqui abordado é uma pequena parte de uma pesquisa maior, como disse inicialmente, minha tese de doutorado, em que desenvolvi um estudo biográfico de Lutzenberger, enfocando a ética ecológica por ele divulgada ao longo de 31 anos de militância ambientalista. Suas posições políticas eram, em geral, conservadoras, como podemos observar no aceite para ocupar o cargo de Secretário do Meio Ambiente do governo Collor, em 1990. No entanto, ao mesmo tempo, ele defendia ideias mais “progressistas”, em diversas ocasiões, compreendendo e denunciando a íntima ligação entre os problemas ambientais e as dinâmicas sociais. Na verdade, Lutzenberger adotava posturas bastante complexas, o que chamei, em minha tese, de “discurso escorregadio”.

A exibição dos filmes no Brasil e exterior levou a consequências importantes para os rumos da colonização em Rondônia e para a trajetória ambientalista de Lutzenberger, em especial ao convite para que prestasse depoimento no Congresso norte americano. Na ocasião, ele argumentou que as cláusulas do contrato de financiamento do Banco Mundial à BR-364, que previam a proteção do ambiente e de terras indígenas, estavam sendo flagrantemente desrespeitadas e, por isso, solicitou a suspensão do empréstimo e que a política em relação a Rondônia fosse repensada. Pelo menos temporariamente, as remessas foram suspensas e, com a repercussão internacional muito negativa do caso, representantes do banco reconheceram o erro e afirmaram que passariam a observar com maior atenção os estudos de impacto ambiental dos projetos por ele financiados.

Mesmo que os erros tenham se repetido na construção do trecho final da estrada, que ligava Porto Velho a Rio Branco, a divulgação promovida por Lutzenberger e os documentários de Cowell agregaram importante contribuição às lutas promovidas pelos movimentos de seringueiros e indígenas e pelas organizações ambientalistas, que lutavam pela preservação da floresta amazônica na esfera internacional. Os filmes, especialmente “Nas cinzas da floresta”, ganharam legitimidade como argumento contra a devastação, retratada de forma incontestável em suas imagens. Essas mesmas imagens também tornaram Lutzenberger personalidade conhecida no exterior, principalmente na Europa, para onde viajaria inúmeras vezes, convidado a participar de eventos importantes na área ambiental. Toda essa atuação levou a que recebesse prêmios como o *The Right Livelihood Award* e, no período democrático, fosse convidado por Fernando Collor para compor seu ministério, como Secretário do Meio Ambiente.

Por meio da análise da atuação individual do ambientalista José Lutzenberger, acessamos o episódio da contrarreforma agrária em Rondônia promovida pelo POLONOROESTE. Da forma como foi organizado, esse programa pode ser considerado um exemplo de como as questões ambientais eram abordadas pela ditadura militar brasileira. Ao tratar a natureza como inimigo a ser vencido, ou como recurso a ser explorado, o discurso e práticas desenvolvimentistas dos governos militares levaram à devastação de ricos ecossistemas bem como à desestruturação social de povos que ocupavam a Amazônia de forma sustentável. Dessa forma, a atuação de Lutzenberger e a exibição de *A década da destruição*, ao lado dos demais agentes que defenderam a floresta e seus povos naquele contexto, foram instrumentos importantíssimos para desvelar o que acontecia em Rondônia, contribuindo, assim, para a discussão nacional e internacional sobre o tema.

## Referências

- ALLEGRETTI, M.H. 2002. *A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros*. Brasília, DF. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, UNB, 826 p.
- BECKER, B. 2009. Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil? In: T.P. de ARAÚJO; S.T.W. VIANNA; J. MACAMBIRA (orgs.), *50 anos de Formação Econômica do Brasil: Ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro, Ipea, p. 201-228.
- BINSZTOK, J.; ERTHAL, R.; TUBALDINI, M.A.; DEUS, J.A.S. de; MACEDO, G.R. de. 2009. Projetos integrados de colonização: Paradigma da contrarreforma agrária promovido pelo regime militar nos anos 70 na Amazônia. In: Simpósio Nacional de Geografia Agrária e IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Niterói, 2009. *Anais...* Universidade Federal Fluminense, 1:1-12.
- BRASIL. 1981. Decreto 86.029/1981. Dispõe sobre a criação do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE). Disponível em: [http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=86029&tipo\\_norma=DEC&data=19810527&link=s](http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=86029&tipo_norma=DEC&data=19810527&link=s). Acesso em: 20/08/2014.
- BRIANEZI, T. 2010. O Amazonas na arena internacional da mitigação da mudança climática: mecanismos de mercado em pauta. In: Encontro Nacional da ANPPAS (V ENANPPAS). Florianópolis, 2009. *Anais...* Universidade Federal de Santa Catarina, 1:1-18.
- COY, M. 1988. Desenvolvimento regional na periferia amazônica. Organização do espaço, conflitos de interesse e programas de planejamento dentro de uma região de “fronteira”: O caso de Rondônia. In: C. AUBERTIN (org.), *Fronteiras*. Brasília, Universidade de Brasília, p. 167-194.
- DEAN, W. 1996. *A ferro e a fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo, Cia das Letras, 484 p.
- DEPARIS, S.R. 2007. *União das Nações Indígenas (UNI): Contribuição ao movimento indígena no Brasil (1980-1988)*. Dourados, MT. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Grande Dourados, 126 p.
- FERREIRA, J. 2011. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 714 p.
- FICO, C. 2014. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 148 p.
- GOMES, Â. de C. 1998. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, 1(21):121-127.
- HEYMANN, L.Q. 1997. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. *Estudos Históricos*, 10(19):41-66.
- HOCHSTETLER, K.; KECK, M. 2007. *Greening Brazil: Environmental activism in State and Society*. Durham/London, Duke University Press, 304 p.  
<https://doi.org/10.1215/9780822390596>
- LE TORNEAU, F.M.; BURSZTYN, M. 2010. Assentamentos rurais na Amazônia: Contradições entre a política agrária e a política ambiental. *Ambiente & Sociedade*, 13(1):111-130.  
<https://doi.org/10.1590/S1414-753X2010000100008>
- LOPES, D.B. 2011. *O Movimento Indígena na Assembleia Nacional Constituinte (1984-1988)*. Rio de Janeiro, RJ. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 186 p.
- LUTZENBERGER, J. 1985. The World Bank's Polonoroeste Project: A social and environmental catastrophe. *The Ecologist*, 15(1/2):69-72.
- NEVES, E.G. 2005. O lugar dos lugares. *Ciência & Ambiente*, 31:79-91.
- OLIVEIRA, L.R. de; BURSZTYN, M. 2005. Conflitos socioambientais nas reservas legais em bloco: O caso do PA Margarida Alves, em Rondônia. In: S.H. THEODORO (org.), *Mediação de conflitos socioambientais*. Rio de Janeiro, Garamond, p. 91-106.
- PEREIRA, E.M. 2016. *A ética da convivência ecosustentável: uma biografia de José Lutzenberger*. Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 633 p.
- PEREIRA, J.M.M. 2012. Banco Mundial: concepção, criação e primeiros anos (1942-1960). *Vária História*, 28(47):391-419.
- RIBEIRO, B. 1992. *Amazônia Urgente*. Rio de Janeiro, Editora Itatiaia, 272 p.
- SOUZA, I.P.D. de; FALCÃO, F.C.F.; SANTANA, C.C. de. 2010. Estado e Movimento Indígena na Amazônia Ocidental: do conflito à conciliação? In: Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia da Região Norte, II. Belém, 2010. *Anais...* 1:1-17.
- SOUZA, M.M.O. de; PESSOA, V.L.S. 2009. A contrarreforma agrária em Rondônia: colonização agrícola, expropriação e violência. In:

- Encontro de Grupos de Pesquisa, V. Santa Maria, 2009. *Anais... Agricultura, desenvolvimento regional e transformações sócio espaciais*, Universidade Federal de Santa Maria, 1:1-15.
- SOUZA, M.M.O. de. 2011. *Luta, territorialização e resistência campesina no leste rondoniense (1970-2010)*. Uberlândia, MG. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Uberlândia, 361 p.
- UMAÑA, W.P. 2014. Los significados de la revolución. Semántica, temporalidad y narrativa de la Revolución Verde. *HALAC – História Ambiental Latino-americana e Caribenha*, 3(2):490-521.
- WORSTER, D. 2011. Living in Nature: Biography and Environmental History. In: T. MYLLYNTAUS, *Thinking through the Environment: Green approaches to Global History*. Cambridge, The White Horse Press, p. 28-39.
- VARGAS, G. 1942. Discurso do Rio Amazonas. Proferido em Manaus, no dia 10-10-1940. *Revista Brasileira de Geografia*, 4(2):259-262.
- VIEIRA, L.S.; SANTOS, P.C.T.C. dos. 1987. *Amazônia e seus solos e outros recursos naturais*. São Paulo: Editora Agronômica Ceres, 416 p.
- VITA, Á. de. 1991. *Sociologia da sociedade brasileira*. São Paulo, Editora Ática, 279 p.
- LUTZENBERGER, J. 1984a. Narração de “Nas cinzas da floresta”. Acervo Privado de José Lutzenberger.
- LUTZENBERGER, J. 1984b. Testimony by Brazilian agronomist, Jose Lutzenberger, on behalf of Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN). Acervo Privado de José Lutzenberger. Washington, 19 set.
- LUTZENBERGER, J. 1986. Speech by Jose Lutzenberger. Acervo Privado de José Lutzenberger. Washington, 28 set., p. 2.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. 1986a. *“Década da destruição”*. Acervo Privado de José Lutzenberger. São Paulo, 11 jun, p. 5.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. 1986b. *Encerrados debates sobre A década da destruição*. Acervo Privado de José Lutzenberger. São Paulo, 14 jun.
- O GLOBO. 1985. *Polonoroeste está com os créditos suspensos*. Acervo Privado de José Lutzenberger. Rio de Janeiro, 06 mai.
- O RIO BRANCO. 1986. *Lutzenberger vê Acre atravessando perigo*. Acervo Privado de José Lutzenberger. Rio Branco, 08 jun.
- PARARRAYOS, A. 1985. Lições de Brasil. *Correio Brasiliense*. Acervo Privado de José Lutzenberger. Brasília, 23 jun.
- SAN FRANCISCO EXAMINER. 1985. *An uphill struggle to save the world's rain forests*. Acervo Privado de José Lutzenberger. San Francisco, 19 nov., p. A-3.
- UCG. 1986. *A década da destruição*. Folder de divulgação. Acervo Privado de José Lutzenberger.
- ZERO HORA. 1984a. *Filme inglês mostra destruição da Amazônia*. Acervo Privado de José Lutzenberger. Porto Alegre, 02 jul.
- ZERO HORA. 1984b. *Lutzenberger pede nos EUA corte de verbas ao Brasil*. Acervo Privado de José Lutzenberger. Porto Alegre, 20 set., p. 37.

Submetido: 19/03/2016

Aceito: 28/10/2016

## Fontes primárias

- ALTO MADEIRA. 1986. *Muita gente vê “A década da destruição”*. Acervo Privado de José Lutzenberger. Porto Velho, 12 jun.
- DAMS NEWSLETTER. 1986. Special World Bank Issue. Acervo Privado de José Lutzenberger. San Francisco, 1(5), September.
- LUTZENBERGER, J. 1982. Address to the NGO Symposium on the Environment and the Future. UNEP – United Nations Environment Program – Session of special character – 10 years of Stockholm Conference. Acervo Privado de José Lutzenberger. Nairóbi, Quênia, 03 maio.